

As iniciativas contra a erosão das bases fiscais e deslocalização dos lucros: o caso da UE

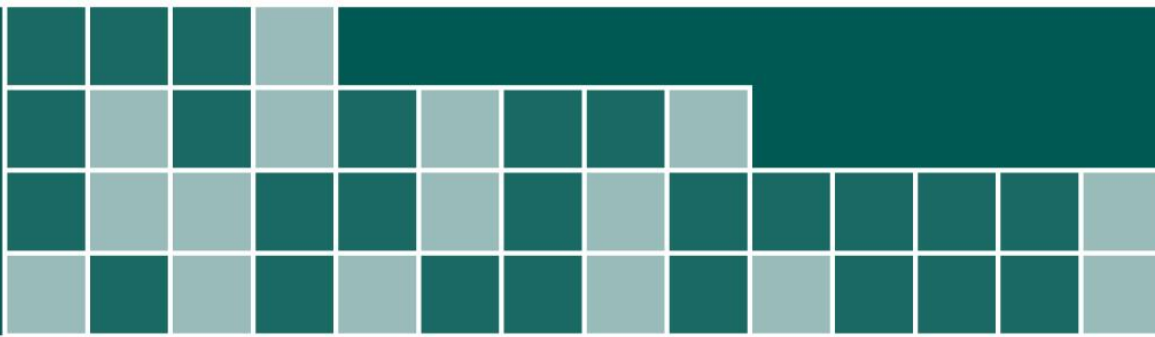
Prof. Doutora Ana Paula Dourado

Universidade de Lisboa



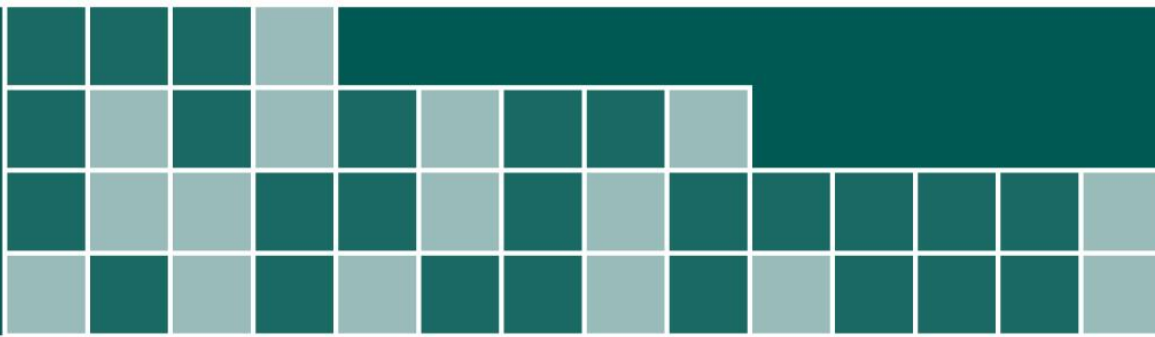
Recomendações C(2012) 8805 e C(2012) 8806

- Planeamento Fiscal Agressivo, Fraude Fiscal, Abuso Fiscal, Evasão Fiscal
- Planeamento Fiscal Agressivo: tirar partido das técnicas de um sistema fiscal ou de incoerências entre 2 ou mais sistemas para efeitos de redução da obrigação fiscal



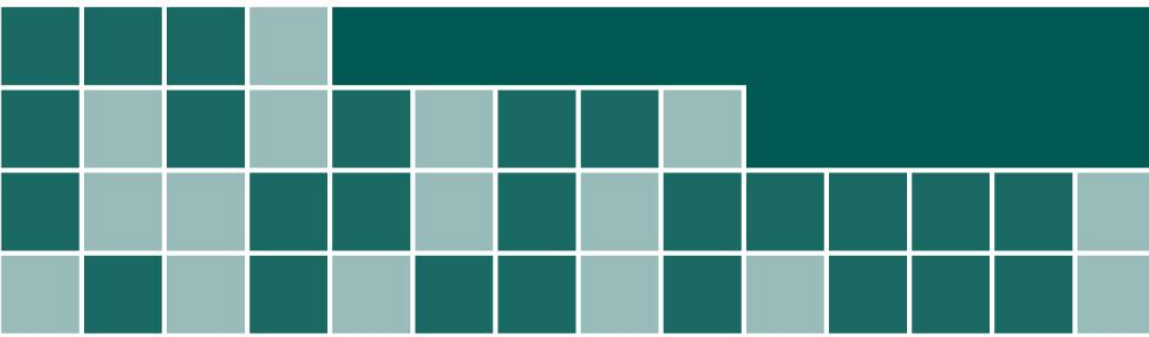
Planeamento Fiscal Agressivo

- O Planeamento Fiscal Agressivo pode aparecer com uma multiplicidade de formas
- As suas consequências incluem as duplas deduções (por ex., de perdas) e dupla não tributação



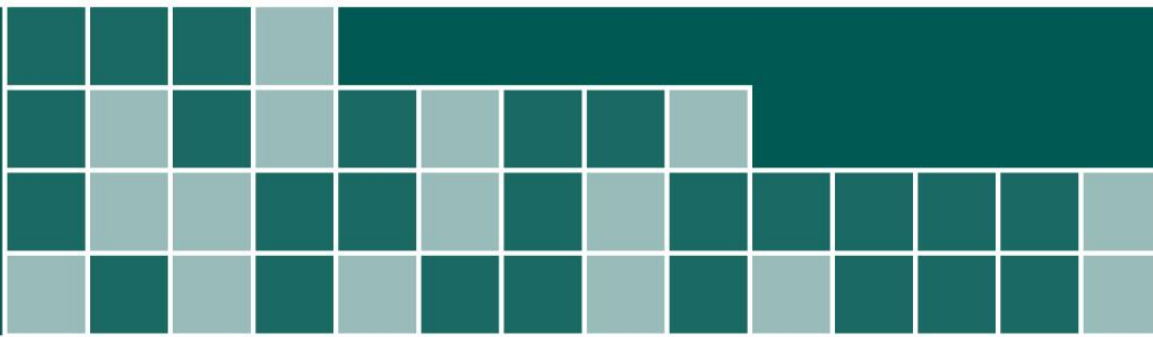
Elisão fiscal

- É difícil de definir e é normalmente utilizado para descrever os esquemas dos negócios de um contribuinte com o objetivo de reduzir a carga fiscal e embora os esquemas pudessem ser estritamente legais estão normalmente em contradição com o objetivo da lei



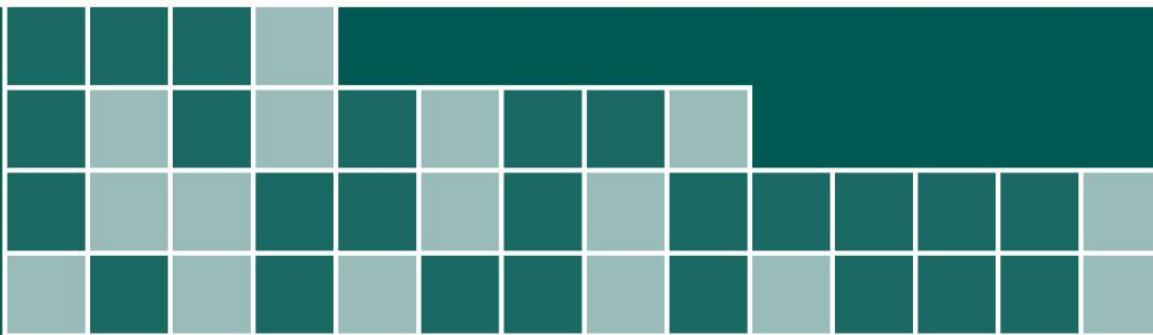
UE: Coordenação em relação a terceiros países

- Critérios comuns de identificação das 10 maiores jurisdições consideradas paraísos fiscais
- Lista negra comum
- O papel do Grupo do Código de Conduta



UE: Coordenação

- CGAA
- Dupla não tributação
- Relatórios país-a-país
- Código do Contribuinte Europeu



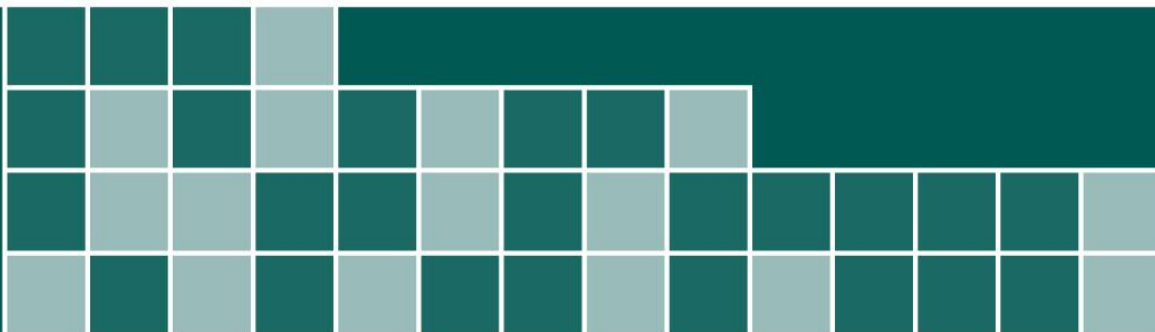
Movimentos contraditórios Isenção de participações VS. tributação universal

- **Brazilian “CFC” rules: extraterritorial taxation of CFC if nominal tax rate abroad is inferior to 20%**
- CFC rules applicable to any foreign jurisdiction & Recent Brazilian cases in light of the constitution (2013):
- CFCs (control – power to elect the majority of the directors and prevail in corporate decisions) in tax havens – compatible (DAU, 2, 588; Confirmed in Coamo, 611, 586)
- CFC outside a tax haven – no conclusion on its constitutionality, but not declared unconstitutional (remains in force); ok, in EMBRACO.
- Affiliated company (significant influence but not control) outside a tax haven – unconstitutional
- Tax haven: alternative conditions: does not tax income; max. tax rate lower than 20%; no identification of shareholders or no identification of BO



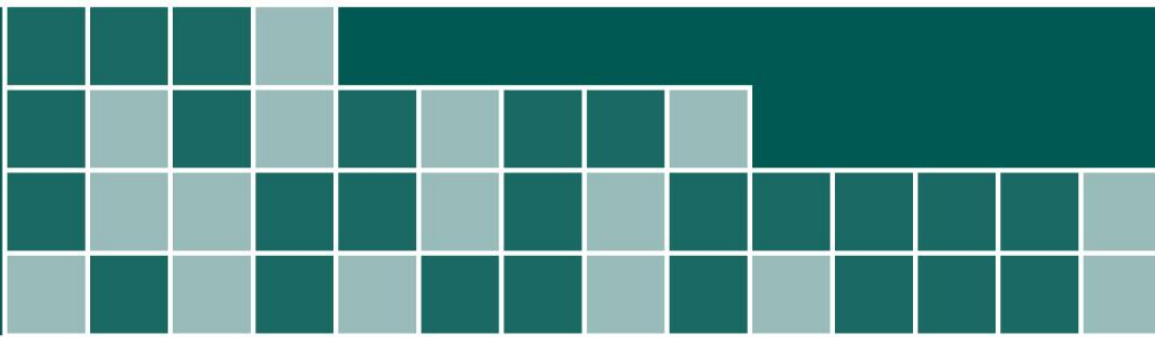
UEM, BEPS, PLATAFORMA UE PARA A BOA GOVERNAÇÃO FISCAL

- Pacto de Estabilidade e critérios da UEM devem estar ligados à boa governação fiscal
- Concorrência fiscal na UE: isenções de participações, regimes de patent box
- Interpretação à luz das liberdades fundamentais e UEM



BEPS, EC PLATFORM TAX GOOD GOVERNANCE

- CFC amplas e regras de switch-over
- Abaixo de um certo nível de tributação deveriam ser admitidas as regras CFC
- A concorrência fiscal prejudicial na UE devia implicar tributação pela residência
- Se isto fosse decidido por um instrumento da UE, o TJUE deveria ser mais tolerante



BEPS, EC PLATFORM TAX GOOD GOVERNANCE

- Dupla tributação jurídica devia ser considerada incompatível com o mercado interno
- O princípio da territorialidade devia implicar uma “única tributação na EU” - simetria